Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação de maquinas, notadamente no período de competência corte ou na efetiva prestação do serviço de locação de máquinas

Porque é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa n° 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui receita majoritariamente da prestação de serviços e locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita são incluídos no sistema de forma manual, bem como a receita é registrada quando da emissão da nota fiscal de venda dos serviços prestados, tal procedimento requer controles robustos da administração para (i) apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação de serviço e a data de emissão do documento fiscal e (ii) certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume de contratos e ao processo de captura de medição do serviço prestado dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com prestação de serviço; (ii) avaliação dos sistemas e mecanismos utilizados no processo com a participação de especialistas em tecnologia; (iii); verificação, por amostragem, das documentações suporte dos serviços de locação realizadas no exercício; (iv) teste de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação suporte, tais como medição e vencimentos dos contratos realizados com os clientes dentro da competência correta; e (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas.

Como resultado da execução desses procedimentos foram identificados ajustes e deficiências de controles relacionado ao processo de medição do serviço e reconhecimento de receita no período adequado, que foram comunicados e efetuados pela Companhia, e que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Demonstrações Financeiras 2020



armac

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

A Administração da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("ARMAC" ou "Companhia") submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados do ano de 2020 da ARMAC, empresa que atua com foco no compartilhamento de ativos para os setores do agronegócio, mineração, florestal e infraestrutura. Nosso modelo de negócio tem como objetivo colocar nosso conhecimento em manutenção e operação de máquinas pesadas a serviço de nossos clientes, trazendo eficiência a partir da redução do tempo ocioso das máquinas e gerando grandes ganhos na execução da manutenção e da operação.

O ano de 2020 foi marcado por conquistas e grandes desafios. Os impactos diretos e indiretos do COVID-19 obrigaram todos a se adaptar a uma nova realidade nas relações pessoais e profissionais. Adotamos todas as medidas protetivas para resguardar a saúde de nossos colaboradores seguindo à risca a orientação dos órgãos públicos de saúde. Ao mesmo tempo, tivemos o grande desafio de manter nossas operações em funcionamento pois, como parte da cadeia do agronegócio nacional, nossos serviços são essenciais para a população.

Em 2020, recebemos em nossa sociedade um investimento minoritário da gestora Gávea Investimentos. O capital foi direcionado a aquisição de novos equipamentos, para a atração de novos talentos que se identificam com nossa cultura, e a melhoria de controles e processos internos. Aproveitamos também para reformular nossa governança, criando um Conselho de Administração e reforçando nossa Diretoria Executiva.

Nossa Receita Bruta de locação e serviços atingiu R$ 123,1 milhões, que representa um crescimento de 84,3% comparado a 2019. Esse crescimento foi inteiramente orgânico e advém principalmente do aumento de nosso *market share* no mercado de locação de equipamentos pesados, devido a confiança crescente dos clientes em nossa capacidade operacional e proposta de valor. Por ainda termos um *market share* incipiente neste mercado, estamos confiantes de que são muitas as oportunidades de crescimento no futuro.

Apesar de investimentos em novos talentos e na criação de novos processos, controles e sistemas internos, tivemos aumento de rentabilidade em 2020. Nosso EBITDA atingiu R$ 56,6 milhões, um crescimento de 86,4% comparado a 2019, com a expansão da margem EBITDA de 50,1% em 2019 para 51,1%.

Durante o ano de 2020, expandimos nossa frota de 424 equipamentos para 1.046 equipamentos. O investimento total foi de R$227 milhões. As fontes principais de recurso foram a própria geração de caixa da Companhia e novos financiamentos captados com nossos parceiros do sistema financeiro.

Em 2021, temos a ambição de oferecer nossa proposta de valor para um número cada vez maior de clientes, que hoje têm suas frotas próprias ou locadas através de contratos de leasing, com custos de manutenção e complexidades operacionais elevadas. As necessidades do cliente estão no centro de tudo que fazemos e esperamos gerar cada vez mais valor a partir de um uso mais eficiente e sustentável de equipamentos pesados.

Por fim, agradecemos a confiança depositada por nossos clientes, fornecedores e parceiros financeiros. Reforçamos que a vontade de os servir com a maior eficiência possível é o que nos move diariamente.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

R$ em milhões	2020	2019	Var. %
Número de Equipamentos para Aluguel	**1.046**	**424**	**146,7%**
Receita Bruta	**123,6**	**68,2**	**81,2%**
Receita bruta de locação e serviços	123,1	66,8	84,3%
Receita bruta de venda de ativos	0,4	1,4	(67,4%)
Receita Líquida	**111,3**	**61,4**	**81,3%**
Receita líquida de locação e serviços	110,8	60,0	84,7%
Receita líquida de venda de ativos	0,4	1,4	(67,4%)
Lucro Bruto	**50,3**	**26,9**	**86,9%**
% receita líquida	45,2%	43,8%	+1,3 p.p.
EBIT	**39,8**	**22,6**	**76,2%**
% receita líquida	35,8%	36,8%	-1,1 p.p.
EBITDA*	**56,6**	**30,0**	**88,4%**
% receita líquida*	51,1%	50,1%	+1,0 p.p.
Lucro Líquido Caixa	**35,5**	**21,1**	**68,5%**
% receita líquida	31,9%	34,3%	-2,4 p.p.
Lucro Líquido	**17,5**	**9,2**	**91,3%**
% receita líquida	15,8%	14,9%	+0,8 p.p.

** excluí o resultado da venda de ativos do imobilizado.*

Receita Bruta

Em 2020, a receita bruta atingiu R$ 123,6 milhões, crescendo 81,2% quando comparada a 2019. A receita bruta de locação e serviços atingiu R$ 123,1 milhões, crescendo 84,3% quando comparada a 2019.

Receita Líquida

Em 2020, a receita líquida atingiu R$ 111,3 milhões, crescendo 81,3% quando comparada a 2019. A receita líquida de locação e serviços atingiu R$ 110,8 milhões, crescendo 84,7% quando comparada a 2019.

Lucro Bruto

Em 2020, o lucro bruto atingiu R$ 50,3 milhões, crescendo 86,9% quando comparada a 2019. A margem bruta aumentou de 43,8% em 2019 para 45,2% em 2020.

EBITDA

Em 2020, o EBITDA atingiu R$ 56,6 milhões, crescendo 86,4% quando comparada a 2019. A margem EBITDA aumentou de 50,1% em 2019 para 51,1% em 2020.

R$ em milhões	2020	2019	Var. %
Lucro Líquido	**17,5**	**9,2**	**91,3%**
(+) Imposto de renda e cont. social	6,9	5,9	
(+) Despesas financeiras	16,2	7,8	
(−) Receitas financeiras	(0,9)	(0,3)	
(+) Depreciação e amortização	16,1	7,0	
(+/−) Resultado não recorrente*	0,6	0,4	
EBITDA	**56,6**	**30,0**	**88,4%**
% margem EBITDA	51,1%	50,1%	+1,0 p.p.

** resultado de venda de ativos do imobilizado.*

Lucro Líquido e Lucro Líquido Caixa

Em 2020, o Lucro Líquido Caixa atingiu R$ 35,5 milhões, crescendo 68,5% quando comparado a 2019. Como percentual da receita líquida houve uma queda de 34,3% em 2019 para 31,9% em 2020. Essa queda se deu principalmente pelo aumento da alavancagem da empresa.

Em 2020, o Lucro Líquido atingiu R$ 17,5 milhões, crescendo 91,3% quando comparado a 2019. A margem líquida aumentou de 14,9% em 2019 para 15,8% em 2020.

R$ em milhões	2020	2019	Var. %
Lucro Líquido	**17,5**	**9,2**	**91,3%**
% receita líquida	15,8%	14,9%	+0,8 p.p.
(+) Impostos diferidos e utilização de créditos sobre a aquisição de ativos imobilizados	18,0	11,9	
Lucro Líquido Caixa	**35,5**	**21,1**	**68,5%**
% receita líquida	31,9%	34,3%	-2,4 p.p.

Endividamento e Investimento de Capital

Em 2020, a Companhia investiu R$227 milhões, sendo R$208 milhões na expansão da nossa frota de equipamentos para locação. Com isso, a Companhia atingiu uma frota com valor de aquisição total de R$320 milhões, crescendo em 181% quando comparado a 2019.

Financiamos 100% dos equipamentos adquiridos em 2020 através de novas linhas com nossos parceiros financeiros. A captação total do ano foi de R$246 milhões, enquanto a amortização realizada foi de R$32 milhões.

Fechamos 2020 com uma dívida bruta de R$289 milhões e uma dívida líquida de R$204 milhões. Desse modo, nossa alavancagem atingiu 3,60x. A alavancagem de 3,60x ao final do ano deve-se principalmente ao alto crescimento da Companhia. Nosso EBITDA em janeiro de 2020 era de R$3,2 milhões por mês, e ao final do ano atingiu R$7,4 milhões por mês. Sendo assim, considerado o EBITDA *run-rate* de dezembro[1] (R$88,9 milhões), nossa alavancagem fechou 2020 em 2,29x, um índice considerado saudável pela Administração.

R$ em milhões	2020	2019	Var. %
Capex	**226,9**	**48,1**	**372,1%**
Novas captações	**245,6**	**43,3**	**467,0%**
Dívida bruta	**288,6**	**72,8**	
Curto prazo	65,0	27,1	
Longo prazo	223,6	45,8	
Caixa e aplicações financeiras	**84,8**	**6,8**	
Dívida líquida	**203,8**	**66,0**	**208,3%**
Dívida Líquida / EBITDA UDM	3,60x	2,20x	

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Acreditamos que o amadurecimento da Companhia, a partir da implantação gradual das melhores práticas de governança corporativa é essencial para que possamos servir cada vez melhor a todos os nossos *stakeholders*. Em 2020, nossa governança era composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Comitê de Investimentos

CAPITAL HUMANO

A cultura e o compromisso de nossas equipes e lideranças é a maior vantagem comparativa da ARMAC. Investimos continuamente para expandir essa vantagem comparativa a partir da formação de cada vez mais mecânicos, motoristas, operadores, engenheiros e administradores que se identifiquem com o jeito "graxa na caveira" de fazer acontecer e servir nossos clientes.

Nossa liderança é formada na linha de frente, com apoio da ARMAC para que possam se desenvolver e estar à altura dos novos desafios que carreiras diferentes vão demandar.

[1] EBITDA mensal de dezembro multiplicado por 12.

Ao fim de 2020 atingimos 603 funcionários, comparado a 254 em no fim de 2019.

SUSTENTABILIDADE

Nosso modelo de negócio está totalmente alinhado aos princípios da economia do compartilhamento, e gera eficiência às cadeias onde estamos atuando através da redução das horas ociosas dos equipamentos e da gestão cuidadosa da manutenção.

Além disso, acreditamos que nosso modelo de negócio é o motor de uma grande transformação social para profissionais da linha de frente, que geralmente não tiveram a oportunidade de uma formação superior. Mecânicos, motoristas de carreta, operadores, estão no centro da geração de valor para clientes e acionistas, e, portanto, têm na ARMAC oportunidades de carreira e desenvolvimento pessoal que outras empresas não oferecem.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Nota	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	84.767	6.793
Contas a receber de clientes	6.1	23.866	8.468
Estoques	8	1.985	-
Tributos a recuperar	7	9.649	1.809
Outros ativos		1.970	569
Total do ativo circulante		**122.237**	**17.639**
Ativo Não Circulante			
Tributos a recuperar	7	318	-
Outros ativos		715	229
Imobilizado	9.1	306.305	98.431
Intangível	10	453	79
Total do Ativo Não Circulante		**307.791**	**98.739**
Total do ativo		**430.028**	**116.378**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2020	2019
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	12.781	6.729
Empréstimos e financiamentos	12	64.963	27.070
Arrendamento mercantil por direito de uso	9.2	1.156	-
Obrigações sociais e trabalhistas	13	4.283	1.772
Obrigações tributárias		250	21
Parcelamentos de tributos	14	130	60
Dividendos a pagar	16.3	5.500	500
Partes relacionadas	17	608	-
Outras contas a pagar		169	-
Total do passivo circulante		**89.840**	**36.152**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	223.592	45.754
Arrendamento mercantil por direito de uso	9.2	13.059	-
Parcelamentos de tributos	14	557	389
Tributos diferidos	18.2	17.920	10.974
Total do passivo não circulante		**255.128**	**57.117**
Patrimônio Líquido			
Capital social	16.1	76.205	230
Reserva de lucros		8.855	22.879
Total do patrimônio líquido		**85.060**	**23.109**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**430.028**	**116.378**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações do Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita líquida operacional	19	**111.294**	**61.374**
(−) Custo dos serviços prestados	20	(61.040)	(34.481)
(=) Lucro bruto		**50.254**	**26.893**
Despesas operacionais			
(−) Administrativas e comerciais	20	(10.434)	(4.288)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**39.820**	**22.605**
(−) Despesas financeiras	22	(16.200)	(7.813)
(+) Receitas financeiras	21	859	296
(=) Resultado financeiro líquido		**(15.341)**	**(7.517)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.479**	**15.088**
Imposto de renda e da contribuição social			
(−) Corrente	18.1	-	(106)
(−) Diferido	18.2	(6.946)	(5.818)
(=) Lucro líquido do exercício		**17.533**	**9.164**
Lucro básico e diluído por ação / quota (em R$)		18,06	39,84

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**17.533**	**9.164**
Resultado abrangente do exercício	**17.533**	**9.164**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

			RESERVA DE CAPITAL				
	Nota	Capital Social	Ágio na Emissão de Ações	Gastos com Emissões de Ações	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 dezembro 2018		**230**	**-**	**-**	**-**	**16.402**	**16.632**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.164	9.164
Dividendos a pagar		-	-	-	-	(500)	(500)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(2.187)	(2.187)
Saldos em 31 dezembro 2019		**230**	**-**	**-**	**-**	**22.879**	**23.109**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.533	17.533
Aumento de capital	16.1 e 16.2	741	75.234	-	-	-	75.975
Gasto com emissão de ações	16.1	-	-	(5.168)	-	-	(5.168)
Dividendos a pagar	16.3	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)
Dividendos distribuídos	16.3	-	-	-	-	(20.889)	(20.889)
Constituição de reservas	16.4	-	-	-	877	(877)	-
Saldos em 31 dezembro 2020		**971**	**75.234**	**(5.168)**	**877**	**13.146**	**85.060**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.479**	**15.088**
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9.1 e 10	16.130	7.001
Custo na baixa de ativos desmobilizados	9.1	1.405	1.490
Provisão de contas a pagar	22	608	-
Outras movimentações		(5)	(2)
Perda no recebimento de crédito		-	50
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	6.3 e 20	280	397
Encargos sobre arrendamento direto de uso	9.2	268	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.2 e 22	14.802	6.817
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(15.685)	(3.303)
Impostos a recuperar		(8.158)	552
Estoques		(1.985)	-
Outros ativos		(1.887)	(364)
Fornecedores		6.052	3.600
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.511	850
Obrigações tributárias		229	-
Outros passivos		-	(47)
Outras contas a pagar		169	(108)
Juros sobre financiamentos	12.2	(12.756)	(6.798)
Juros sobre arrendamento de direito de uso	9.2	(268)	-
Juros sobre parcelamentos	14.4	(22)	(15)
Aquisição de ativos imobilizados	9.1	(101.279)	(2.837)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	18.1	-	(106)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(75.112)**	**22.265**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado	9.1	130	1.368
Aquisição de ativos intangíveis	10	(410)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(280)**	**1.368**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		136.285	2.241
Captação de parcelamentos	14.4	317	
Aumento de capital	2	75.975	-
Pagamento de dividendos	16.3	(21.389)	(2.187)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12.2	(31.904)	(19.302)
Pagamento de arrendamento de direito de uso	9.2	(693)	-
Pagamento de parcelamentos	14.4	(57)	(52)
Gasto na emissão de ações	16.1	(5.168)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**153.366**	**(19.300)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**77.974**	**4.333**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.793	2.460
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		84.767	6.793
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço			
Captação de financiamentos para aquisição de imobilizado (FINAME e CDC)		(109.304)	(41.076)
Geração de crédito de PIS/COIFNS na aquisição de imobilizado		(15.912)	(4.152)
Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos		(14.920)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2020	2019
Receitas:			
Receita de aluguel, serviços e outros	19	123.584	68.199
Perdas de creditos esperadas	6.3	(280)	(397)
Serviços e materiais de terceiros			
Serviços de terceiros, materiais e outros		(25.127)	(15.964)
Valor adicionado bruto		**98.177**	**51.838**
Depreciação e amortização	9 e 10	(16.130)	(7.001)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**82.047**	**44.837**
Valor adicionado recebido em transferências			
Receitas financeiras	21	859	296
Outras		432	(631)
Valor adicionado a distribuir		**83.338**	**44.502**
Pessoal			
Remuneração direta		20.093	10.283
Benefícios		6.061	2.908
FGTS		1.440	834
INSS		4.840	2.094
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		16.161	10.768
Municipais		1.010	638
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	22	16.200	7.813
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16.3	26.389	2.687
Lucros retidos		(8.856)	6.477
Distribuição do valor adicionado		**83.338**	**44.502**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Armac") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no município de Cotia, SP.

A Armac tem como principal atividade a locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas e infraestrutura.

COVID-19

A Companhia vem acompanhando com atenção a evolução da pandemia do COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como seus reflexos na economia.

A Companhia prontamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão: reforço dos protocolos de higiene; propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos; cancelamento de eventos internos e viagens; flexibilização de rotinas de trabalho para evitar aglomerações; adesão ao trabalho remoto para diversos grupos de profissionais; adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho, dentre outras medidas. A Companhia ressalta que não houve renegociações ou rompimentos de contratos com clientes significativos sem que a Companhia obtivesse contrapartida julgada adequada pela Administração, bem como, não houve devoluções de ativos por encerramento de contrato antecipado, inadimplências relevantes no contas a receber e/ou descontos relevantes acordados com os clientes.

Como a operação da Companhia é em grande parte ligada ao setor do agronegócio, ainda não foi possível identificar impactos negativos nas nossas operações já que observamos um crescimento da receita bruta de 81.2% em relação ao ano de 2019.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB".

2.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa n° 12.

2.4. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de abril de 2021 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, eleita moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir:

a) Valor residual e taxa de depreciação e amortização dos ativos – nota explicativa n° 9

A Companhia efetua análise da vida útil dos bens e estima o valor residual de venda dos veículos leves, pesados e máquinas e equipamentos, a fim de que o valor residual contábil seja próximo do valor residual de venda.

b) Perdas de créditos esperadas – nota explicativa n° 6

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas de créditos esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos – nota explicativa n° 18

A Companhia efetua análise de recuperabilidade dos saldos de tributos diferidos ativos anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, sendo constituídos ativos somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possuem projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, projetando suas receitas, custos e despesas, com base nas informações de contratos correntes e de contratos de longo prazo com clientes.

d) Análise de indicativos de desvalorização do ativo imobilizado e redução ao valor recuperável ("impairment") – nota explicativa n° 9

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, se ocorreram eventos ou mudanças que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso sejam identificados indicativos, é efetuado o teste de "impairment" considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que são as máquinas e equipamentos. Nessa circunstância, a Companhia utiliza-se de premissas chaves na determinação dos fluxos de caixa projetados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar "impairment". O intangível não é material na avaliação da Companhia e não compõe a unidade geradora de caixa.

e) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e depósitos judiciais – nota explicativa n°15

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhistas e tributário.

Provisão são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f) Direito de uso e passivo de arrendamento – nota explicativa nº 9.1

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada pela Administração e ajustada a realidade da Companhia ("spread" de crédito). A Companhia utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamento.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);
- Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

a) Receita de locação e prestação de serviço

Locação de plataformas elevatórias, caminhões e equipamentos pesados com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de clientes do agronegócio e infraestrutura. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço. Os pagamentos são realizados após a emissão das faturas.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.

b) Receita de venda de ativos

A receita de venda de ativos (máquinas e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende equipamentos através de seus consultores comerciais, os quais utilizam de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos.

A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura.

A Companhia não fornece nenhum tipo de garantia sobre o ativo comercializado.

3.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros, na Companhia:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.3. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

3.5. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas. A Companhia possui dois critérios para a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas: (i) recebíveis com atrasos superiores a 90 dias, e (ii) clientes em que a Administração decidiu retirar os equipamentos devido a inadimplência. Ambos os critérios precisam ser cumpridos para a constituição da provisão. Além disso, há uma análise caso a caso em que recebíveis podem ser adicionados ou excluídos com base no melhor julgamento da Administração da possibilidade de recuperação desses créditos.

3.6. Estoques

Mensurados pelo custo de aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são valorizados ao custo de aquisição e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

3.7. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos adquiridos para locação inclui os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para as Companhias e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,4 anos
Direito de uso em arrendamento	1,8 a 10 anos
Máquinas	10 anos
Implementos industriais, rodoviários e ferramentas	7,1 anos
Veículos leves e pesados	10 anos
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	10 anos
Sistemas e Aplicativos	3 a 5 anos

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

3.8. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9. Direito de uso e arrendamentos

Direito de uso locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis, pátio, depósito e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do Imobilizado e no passivo como obrigação do arrendamento de direito de uso.

Os ativos reconhecidos são depreciados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 9.1 pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado.

3.10. Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

3.11. Provisões

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Lucro por ação

a) Lucro por ação básico

O Lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

b) Lucro por ação diluído

O Lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

3.15. Segmentos operacionais

O segmento operacional é apresentado de modo consistente com relatórios internos fornecidos para os principais tomadores de decisões (Diretoria e Conselho de Administração) da Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional.

4. NORMAS ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EMITIDAS

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

4.1. Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 - expediente prático

A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras.

4.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

Novas Normas, alterações e interpretações	Vigência a partir de
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações	Data não definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (i)	1º de janeiro de 2023

(i) Revisão de outras normas

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	19	-
Bancos conta movimento	1.571	-
Aplicações financeiras - CDB	83.177	6.793
Total	**84.767**	**6.793**

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração entre 95% e 105% em 2020 e 2019 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

6. CONTAS A RECEBER

6.1. Composição dos saldos

	2020	2019
Contas a receber	22.837	8.865
Locações e serviços a faturar	1.706	-
Perdas de créditos esperadas	(677)	(397)
Total	**23.866**	**8.468**

Os contratos de aluguéis cuja locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber.

6.2. Classificação por vencimento

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	2020	2019
Vencidos		
De 1 a 30 dias	2.165	1.074
De 31 a 90 dias	1.622	679
De 91 a 180 dias	275	61
Acima de 180 dias	476	487
Subtotal - vencidos	**4.538**	**2.301**
A vencer:		
De 1 a 30 dias	9.782	4.726
De 31 a 90 dias	9.167	1.838
De 91 a 180 dias	994	-
Acima de 180 dias	62	-
Subtotal - a vencer	**20.005**	**6.564**
Total	**24.543**	**8.865**

6.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	**(397)**	**-**
(-) Constituição	(280)	(397)
Saldo final	**(677)**	**(397)**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2020	2019
PIS e COFINS	9.299	1.593
IRPJ e CSLL	305	118
Outros	363	98
Total	**9.967**	**1.809**
Ativo circulante	9.649	1.809
Ativo não circulante	318	-
Total	**9.967**	**1.809**

8. ESTOQUES

A partir de 2020, a Companhia passou a adotar a política de ter um estoque peças de reposição e materiais utilizados na manutenção da frota de máquinas e veículos. O objetivo é reduzir o risco de atrasos e alta de custos dessas.

9. IMOBILIZADO

9.1. Composição do Imobilizado

As imobilizações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão abaixo apresentadas:

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em arrendamento	Máquinas	Implementos industriais, rodoviários e ferramentas	Veículos leves e pesados	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**25**	**-**	**65.371**	**2.692**	**3.139**	**94**	**105**	**71.426**
(+) Adições (i)	296	-	44.887	1.401	1.329	100	52	48.065
(–) Impostos recuperáveis (ii)	-	-	(4.152)	-	-	-	-	(4.152)
(–) Transferências	91	-	-	-	-	-	(91)	-
(–) Baixa de ativos (iii)	-	-	(3.108)	-	(104)	-	-	(3.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**412**	**-**	**102.998**	**4.093**	**4.364**	**194**	**66**	**112.127**
(+) Adições (i)	868	14.920	191.971	8.652	21.480	723	2.801	241.415
(–) Impostos recuperáveis (ii)	-	-	(15.912)	-	-	-	-	(15.912)
(–) Baixa de ativos (iii)	-	-	(1.817)	(153)	-	(5)	-	(1.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.280**	**14.920**	**277.240**	**12.592**	**25.844**	**912**	**2.867**	**335.655**

(i) No exercício de 2020 e 2019, parte das aquisições de ativo imobilizado se deu por meio de financiamento de FINAME e CDC com pagamento direto ao fornecedor, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial e com reconhecimento direto do respectivo passivo. Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa. Tais aquisições de ativos totalizaram R$ 109.304 e R$ 41.076 nos exercícios de 2020 e 2019 respectivamente. Em todos os contratos de Finame da Companhia o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.

(ii) Refere-se ao crédito de PIS e COFINS no custo de aquisição de máquinas destinadas a locação e/ou prestação de serviços.

(iii) Os ativos que foram desmobilizados em 2020 e 2019 contribuíram com uma movimentação no caixa da Companhia em R$ 130 em 2020 e R$ 1.368 em 2019.

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em arrendamento	Máquinas	Implementos industriais, rodoviários e ferramentas	Veículos leves e pesados	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(24)**	**-**	**(6.508)**	**(238)**	**(307)**	**(4)**	**-**	**(7.081)**
(+) Adições	-	-	(6.310)	(352)	(280)	(27)	-	(6.969)
(–) Baixa de depreciação (iii)	-	-	335	-	19	-	-	354
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(24)**	**-**	**(12.483)**	**(590)**	**(568)**	**(31)**	**-**	**(13.696)**
(+) Adições	(109)	(837)	(13.366)	(968)	(737)	(77)	-	(16.094)
(–) Baixa de depreciação (iii)	-	-	414	26	-	-	-	440
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(133)**	**(837)**	**(25.435)**	**(1.532)**	**(1.305)**	**(108)**	**-**	**(29.350)**
Saldos líquidos								
Em 31 de dezembro de 2019	388	-	90.515	3.503	3.796	163	66	98.431
Em 31 de dezembro de 2020	1.147	14.083	251.805	11.060	24.539	804	2.867	306.305
Taxa da depreciação anual								
2019	29%	10% a 57%	10%	14%	10%	10%		
2020	29%	10% a 57%	10%	14%	10%	10%		

9.2. Direito de uso e arrendamento de direito de uso

A Administração da Companhia analisou seus contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil, a Companhia possui 11 contratos de locação firmados com terceiros.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica “Locação de bens” demonstrada na nota explicativa nº 20, totalizam R$719 em 31 de dezembro de 2020 (R$641 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual.

Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual. Se o contrato contiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Companhia em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato. Ademais, a Companhia não possui contratos firmados com prazos indeterminados.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	Imóveis partes relacionadas (NE 17)	Imóveis	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
(+) Novas operações	12.411	2.497	14.908
(+) Juros incorridos	147	121	268
(–) Pagamento de principal	(241)	(452)	(693)
(–) Pagamento de juros	(147)	(121)	(268)
Em 31 de dezembro de 2020	**12.170**	**2.045**	**14.215**
Circulante	1.034	122	1.156
Não circulante	11.140	1.919	13.059
Total	**12.174**	**2.041**	**14.215**

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais. Os pagamentos futuros foram trazidos a valores presente por uma taxa média ponderada de 7% ao ano, onde o contrato se encerra no ano de 2030.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento possui o seguinte cronograma de desembolso (por ano):

Cronograma:		
2021	1.156	8,1%
2022	1.066	7,5%
2023	1.166	8,2%
2024	1.277	9,0%
2025	1.147	8,1%
2026	1.245	8,8%
2027	1.473	10,4%
2028	1.731	12,2%
2029	2.021	14,2%
2030	1.933	13,6%
Total	**14.215**	**100,0%**

9.3. Revisão das vidas uteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

9.4. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

10. INTANGÍVEL

	Sistemas e aplicativos	Marcas e patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**110**	**-**	**110**
(+) Adições	-	-	-
(–) Amortização	(31)	-	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**79**	**-**	**79**
(+) Adições	110	300	410
(–) Amortização	(36)	-	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**153**	**300**	**453**

11. FORNECEDORES

O saldo refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais no curso normal dos negócios. Registrado pelo valor justo na data da aquisição:

	2020	2019
Fornecedores nacionais	12.781	6.729
Total	**12.781**	**6.729**

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Composição dos saldos

Modalidade	% Taxa ao ano	Moeda	Vencimento	2020	2019
Finame (i)	Pré 7,0 - 15,3% / TJLP + 4,7 - 6,0%	R$	2021-2022	15.592	6.170
Finame (i)	Pré 9,3 - 12,7% / SELIC + 5,3%	R$	2023-2025	7.382	-
CDC (ii)	Pré 9,4 - 23.7%	R$	2021-2024	22.638	59.641
CDC (ii)	Pré 8,7 - 12,6%	R$	2023-2025	103.021	-
Leasing (iii)	Pré 10,4 - 16,1%	R$	2022-2024	5.005	4.662
Capital de Giro (iv)	CDI + 4,3 - 5,3%	R$	2022-2024	136.268	2.300
Consórcios	0%	R$		10	51
Subtotal				**289.916**	**72.824**
(-) Custos a amortizar				(1.361)	-
Total				**288.555**	**72.824**
Passivo circulante				64.963	27.070
Passivo não circulante				223.592	45.754

(i) **Finame**: financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano. Em todos os contratos de Finame da Companhia o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.

(ii) **CDC**: financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano. Em todos os contratos de CDC da Companhia o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.

(iii) **Leasing**: contratos de arrendamento mercantil para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano.

(iv) **Capital de Giro:** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro da Companhia e para a compra de máquinas e equipamentos para as operações.

12.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2020	2019
Saldo no início do exercício	**72.824**	**48.790**
(+) Captações (*)	247.266	43.317
(+) Juros apropriados	14.802	6.817
(–) Amortização de principal	(31.904)	(19.302)
(–) Juros pagos	(12.756)	(6.798)
(–) Custos de Emissão (*)	(1.677)	-
Saldo no fim do exercício	**288.555**	**72.824**

(*) efeito líquido das captações de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 245.589.

12.3. Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

Ano	2020
2021	70.790
2022	88.179
2023	75.457
2024	42.534
2025	12.956
	289.916

12.4. Covenants

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado que, entre outras, incluem:

i. obrigação da Companhia o envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por Companhias de auditoria independente;
ii. Restrição para realizar redução de capital;
iii. Restrição a alteração do controle, direto ou indireto;
iv. Cláusula restritiva (“covenant”) prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses deve ser igual ou inferior a 3,75x em 2020, 3,50x em 2021, 3,25x em 2022 e 3,0x a partir do ano de 2023;
v. Restrição a distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido do exercício anterior caso o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses do exercício atual seja superior a 3.0x. Esse índice é verificado anualmente e não se aplica aos dividendos declarados em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas.

12.5. Garantias

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelos próprios ativos financiados, contratos de locação com clientes e pelo aval dos acionistas da Companhia.

13. obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2020	2019
Salários	1.094	468
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	195	82
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	604	262
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	186	43
Provisão de férias	2.204	917
Total	**4.283**	**1.772**

14. parcelamento de tributos

	2020	2019
Lei 11.941/09 – REFIS (i)	117	145
Lei 13.496/17 – PERT (ii)	299	304
INSS Simplificado (iii)	271	-
Total	**687**	**449**
Ativo circulante	130	60
Ativo não circulante	557	389
Total	**687**	**449**

14.1. Lei nº 11.941/09 - REFIS

A Companhia aderiu em 27 de outubro de 2009, o programa de refinanciamento de dívidas com a União para pagamento de débitos tributários em 180 parcelas. Os débitos tributários referem-se ao PIS, à COFINS, IRRF, ao IRPJ e a CSLL.

Em 29 de novembro de 2009, a Companhia obteve a consolidação do saldo de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal e os impactos dessa consolidação foram devidamente registrados à época.

14.2. PERT

Durante o exercício de 2017, a Companhia optou pela adesão ao PERT relacionados aos débitos “Previdenciário e Não Previdenciários”, o que possibilitou regularizar débitos que estavam pendentes de pagamentos. Diante das condições estabelecidas pelo programa, a Companhia optou por garantir os descontos de 80% para juros e 40% para multa que se enquadrou no inciso III,b – Art. 2° MP 783.

No exercício de 2019, a Companhia obteve a consolidação dos saldos de adesão aos referidos parcelamentos "Previdenciários e Não Previdenciários", efetuada pela Receita Federal.

14.3. INSS Simplificado

Durante o exercício de 2020, a Companhia optou pela adesão ao INSS Simplificado o que possibilitou regularizar os débitos pendentes previdenciários em 60 parcelas.

14.4. Movimentação dos parcelamentos

	2020	2019
Início do período	**449**	**516**
(+) Novos parcelamentos	317	-
(-) Pagamento de principal	(57)	(52)
(-) Pagamento de juros	(22)	(15)
Fim do período	**687**	**449**

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	2020	2019
Cíveis	395	255
Trabalhistas	45	36
Total	**440**	**291**

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, adicional de insalubridade, diferenças salariais cuja ações estão sendo realizadas por ex-empregados.

Cíveis

Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra a Companhia, relacionadas a quebra de contratos e acidentes envolvendo máquinas e caminhões.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R$76.205 representado por 971.039 ações ordinárias sem valor nominal (R$ 230 representado por 230.000 quotas em 31 de dezembro de 2019). A distribuição das ações em 31 de dezembro de 2020, estavam apresentadas conforme o quadro abaixo:

	Número de Ações	Participação (%)
Acionistas controladores	689.078	71%
SPEED FIP Multiestratégia	281.961	29%
	971.039	**100%**

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Em março de 2020, os acionistas da Companhia realizaram um aumento de capital social de R$475 mediante a emissão de 474.938 novas quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) por quota. Em seguida, os acionistas da Companhia aprovaram a transformação da Companhia de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, passando a ser regulada de acordo com as disposições da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Em junho de 2020, foi realizado através do contrato de subscrição e compra e venda de ações a emissão de 266.101 novas ações ordinárias por um preço global de R$ 75.500 e alocados ao capital social da Companhia. A totalidade das novas ações ordinárias foram subscritas pelo novo acionista SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Nesta oportunidade registrou o valor de R$ 5.168 com gastos da emissão pago a banco, advogados e consultores envolvidos na operação. Adicionalmente, este contrato prevê clausulas de indenização pelos acionistas originais à Companhia ou ao novo acionista, comuns em transações dessa natureza, sobre a existência de determinados eventos listados no anexo 7.1. (iii), para o período de 5 anos da data da assinatura deste contrato.

Em agosto de 2020, o SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia comunicou a Companhia o exercício da opção de aportar um montante adicional de R$ 50.000 a ser realizado em 2021.

16.2. Reserva de capital - ágio na emissão de ações

A reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R$75.234, referente ao ágio gerado na emissão de 266.101 novas ações, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo preço unitário de R$284.

16.3. Política de distribuição de dividendos

Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal.

Em março de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de R$ 26.389 em dividendos dos lucros retidos até o balanço levantado em 29 de fevereiro de 2020. Em 2019 os dividendos aprovados foram de R$ 2.687.

No ano de 2020, os valores pagos de dividendos correspondem a R$20.889 e R$500 referentes ao ano de 2019, e o saldo a pagar de R$5.500 pago em janeiro de 2021.

16.4. Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2020 a reserva constituída é de R$ 879.

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações realizadas entre a Companhia e a partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Despesas com pessoal (i)	-	1.800
Remuneração de garantias prestadas (ii)	608	-
Arrendamento de direito de uso (iii)	388	-
Total	**996**	**1.800**

(i) A parte relacionada prestou serviços referente a terceirização de mão de obra nos setores de manutenção e administrativo até 31 de agosto de 2019. A partir dessa data, todos os funcionários da JPAR foram transferidos para a ARMAC e os impactos dessa transação foram devidamente registrados no resultado do exercício.

(ii) Refere-se a remuneração a garantias prestadas (aval) por parte dos acionistas controladores da Companhia em contratos de empréstimos e financiamentos. O avalista é diferente para cada financiamento podendo ser prestado por todos os acionistas controladores ou por apenas um ou dois deles. O valor da remuneração prevista é de 1% ao ano do saldo garantido médio do período, em linha com custos praticados pelo mercado para uma carta de fiança bancária ou um seguro garantia.

(iii) O saldo refere-se ao pagamento de aluguéis dos imóveis que funcionam como centro de manutenção das máquinas, os quais são propriedades de parte dos acionistas controladores da Companhia (nota explicativa 9.1).

A remuneração dos diretores da Companhia no exercício de 2020 foi de R$997 (não houve remuneração em 2019), a qual é considerada benefício de curto prazo, registrada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” no resultado do exercício.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre o imposto de renda e contribuição social calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a despesa de imposto de renda e contribuição social lançados no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir.

18.1. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2020 e 2019. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**24.479**	**15.088**
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(8.323)**	**(5.130)**
Efeitos das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
(–) Depreciação fiscal pela alienação de ativos	(304)	(458)
(–) Custos e despesas indedutíveis	(330)	(337)
(+) Gastos na emissão de ações	1.757	-
(+) Outros	254	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(6.946)**	**(5.925)**
Correntes	-	(106)
Diferidos	(6.946)	(5.818)
Total	**(6.946)**	**(5.924)**
Alíquota efetiva	28%	39%

18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias. O imposto e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2020	2019
Ativo		
Provisão para contas a pagar	608	-
Perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa	280	397
Prejuízo fiscal e base negativa	7.329	874
Ajuste de arrendamento mercantil CPC 06	961	-
Total	**9.178**	**1.271**
Alíquota vigente	34%	34%
Diferidos ativos	**3.121**	**432**

	2020	2019
Passivo		
Ajuste de arrendamento mercantil CPC 06	1.105	-
Diferença depreciação fiscal e econômica	60.777	33.547
Total	**61.882**	**33.547**
Alíquota vigente	34%	34%
Diferidos passivos	**21.040**	**11.406**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**17.919**	**10.974**

19. RECEITA LÍQUIDA

	2020	2019
Locação de equipamentos e prestação de serviços	123.137	66.829
Venda de imobilizados usados	447	1.370
Receita operacional bruta	**123.584**	**68.199**
(–) Impostos incidentes sobre vendas	(12.290)	(6.825)
Receita operacional líquida	**111.294**	**61.374**
COFINS	(9.311)	(5.087)
PIS	(1.987)	(1.104)
ISS	(992)	(634)
Total de impostos incidentes sobre vendas	**(12.290)**	**(6.825)**

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Amortização	(35)	(31)
Combustível	(7.622)	(6.424)
Custo na venda ou baixa de imobilizado	(1.092)	(1.809)
Depreciação	(16.092)	(6.970)
Locação de bens	(719)	(641)
Outros	(3.501)	(1.923)
Peças e manutenção	(8.330)	(4.073)
Perda de recebíveis	(227)	(49)

Pessoal (i)	(32.770)	(15.986)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(280)	(397)
Seguro do imobilizado	(343)	(155)
Telecomunicação	(462)	(313)
Total	**(71.473)**	**(38.771)**
Custo das locações e prestações de serviços	(61.040)	(34.481)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(10.434)	(4.288)
Total	**(71.474)**	**(38.769)**

21. REceitas financeiras

	2020	2019
Rendimentos de aplicação financeira	304	199
Remuneração de capital integralizado	378	-
Multas e Juros	128	92
Descontos financeiros obtidos	49	5
Total	**859**	**296**

22. DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.802)	(6.817)
Juros e multa	(135)	(45)
Descontos concedidos	(254)	(27)
Tarifas bancárias, IOF e TAC	(144)	(920)
Comissão sobre fiança e avais (nota explicativa nº 17)	(608)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(257)	-
Outras despesas	-	(4)
Total	**(16.200)**	**(7.813)**

23. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**17.533**	**9.164**
Denominador básico:		
Média ponderada do número de ações no período	971	230
Lucro por ação - básico e diluído (em R$)	**18,06**	**39,84**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Categorias de instrumentos financeiros

Custo Amortizado	**2020**	**2019**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	84.767	6.793
Contas a receber de clientes	23.866	8.468
Total	**108.633**	**15.261**
Passivos financeiros		
Fornecedores	12.781	6.729
Empréstimos e financiamentos	288.555	72.824
Partes Relacionadas	608	-
Dividendos a Pagar	5.500	500
Arrendamento de direito de uso	14.215	-
Total	**321.659**	**80.053**

24.2. Riscos financeiros

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos financeiros: de crédito e liquidez. Entretanto, para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez.

24.3. Risco de câmbio

A Companhias não realiza transações com fornecedores estrangeiros, não há posição a riscos de câmbio em 31 de dezembro de 2020.

24.4. Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência disso, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI, SELIC e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem R$143.650 de saldo de empréstimos e financiamentos denominados cuja remuneração é indexada ao CDI ou SELIC.

Abaixo há a análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras da Companhia. Foram considerados dois cenários, com aumento de 50% a 100% da taxa CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2021 no patamar de 5%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 26 de março de 2021.

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do CDI	2,76%	4,14%	5,52%
Financiamentos expostos a variação do CDI	143.650	143.650	143.650
Valor projetado	143.650	145.632	147.615
Impacto da variação do CDI	-	1.982	3.965

O total de empréstimos expostos a variação da TJPL em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 15.592, na avaliação da Administração a exposição a variação dessa taxa não é material mesmo considerado um aumento de 50%, onde o possível efeito seria de um incremento de aproximadamente R$ 355. Em 31 de dezembro de 2020 a TJPL apresentava taxa de 4,55%.

Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando minimizar os riscos de crédito atrelados às instituições financeiras, procura também diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dois clientes contribuíram com mais de 10% da receita operacional líquida, com 12% e 11% respectivamente.

Gestão de risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Fornecedores	12.781	-	-	12.781
Empréstimos e financiamentos	70.790	158.969	130.947	289.916
Parte relacionada a pagar	608			608
Dividendos a Pagar	5.500	-	-	5.500
Arrendamento de Direito de Uso	1.156	2.222	3.590	14.215

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a prática de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos os riscos, por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado, no montante de R$ 277.240, sendo o vencimento das apólices em setembro de 2021 e dezembro de 2022.

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações que não afetaram o caixa estão demonstradas no quadro a seguir:

Classificação na Demonstração Financeira	Rubrica	Nota Explicativa	Natureza da transação	2020	2019
Ativo	Imobilizado	9	Captação de Leasing para aquisição de imobilizado	109.304	41.076
Passivo	Empréstimos e Financiamentos	12		109.304	41.076
Ativo	Imobilizado – Direito de Uso	9	Adoção IFRS 16	14.920	
Passivo	Arrendamento de direito de uso	9.1		14.920	

27. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como locação de equipamentos. A Companhia está organizado, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões da Companhia, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. A Administração, avalia o desempenho total da Companhia, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2021, foi realizado a emissão de 176.266 novas ações ordinárias por um preço global de R$50.404 e alocados ao capital social da Companhia. Desta maneira, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passa para R$ 126.610. A totalidade das novas ações ordinárias foram subscritas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.